Clínica & Cultura

Resenha: "Ruptura. A crise da democracia liberal" de Manuel Castells

Ewerthon C. J. Vieira [1]

Com publicação original datada do ano de 2017, essa obra de Manuel Castells chega ao Brasil apenas 1 ano depois de ser lançada em Madri (Espanha), pela Alianza Editorial. O trabalho é dividido em 5 capítulos (1- A crise da legitimidade política: Não nos representam; 2- Terrorismo global: a política do medo; 3- A rebelião das massas e o colapso de uma ordem política; 4- Espanha: movimentos sociais, fim do bipartidarismo e crise do Estado; 5- No claro-escuro do caos), além de uma introdução intitulada "Nosso mundo, nossas vidas" e de um apêndice final, nomeado "Para ler este livro". Na maioria absoluta dos capítulos, diversos subtópicos organizam o texto, exceto no capítulo 2.

É em torno de uma ideia de "perigo geral" que se estrutura o pensamento analítico de Castells. A abertura do livro, através da Introdução "Nosso mundo, nossas vidas", busca caracterizar uma espécie de mal passar pelo qual as sociedades, notadamente ocidentais, têm experimentado na última década do século XXI. Trata-se de "ventos malignos", uma espécie de contexto que se impõe na configuração central do capitalismo e suas faces metamorfoseadas, que seguem em direção ao aguçamento da barbárie social. Esta temática que tem sido enfrentada por diversos autores[2] de tradições formativas e políticas distintas também sensibilizou este sociólogo espanhol.

Após se constituir como um importante teórico marxista da questão urbana, notadamente dos movimentos urbanos em meados do século XX, Castells se tornou mais

---

[1] Doutor em Sociologia, professor da disciplina Sociologia do CODAP-UFS e pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais da Universidade Federal de Sergipe (LABEURC-UFS).

[2] Para nos determos em títulos que enunciem explicitamente a noção de democracia, tem-se ainda no final do século XX, "O fim da Democracia" (1994) de Jean-Marie Guehenno e só no ano de 2018, duas obras com títulos bem semelhantes são publicadas no Brasil: David Rucinman "Como a Democracia chega ao fim" (2018) e "Como as democracias morrem" (2018), de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt.

reconhecido mundialmente por publicações voltadas a relação entre comunicação, globalização, cultura e política na configuração dos Estados Modernos, tal qual podemos constatar em sua trilogia "A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura[3]", publicada entre 1996 e 1998.

Neste seu último livro, "Ruptura", Castells considera que as múltiplas crises que se desenrolam nas últimas décadas do século XXI, desde a dimensão econômica, com desemprego e precarização das relações trabalhistas, até expressões fanáticas de culturas terroristas, põem sob julgo o estabelecimento de um estatuto de (des)vinculação social ainda maior. Esse estatuto, posto em efetiva ruptura, é a democracia. Sua crise ocorre na canalização de um conjunto de crises precedentes, também por essa razão, ela é para o autor uma espécie de desestruturação mais fundamental das relações sociais.

O argumento central é que na última década o suporte comum das sociabilidades ocidentais, que é a democracia, tem se apresentado em estado de colapso. Nessa situação, a legitimidade das relações entre governantes e governados se rompe. Crescem questionamentos sobre o caráter participativo e real da representatividade política e das instituições públicas que configuram o Estado moderno de direito. A grande problematização decorrente disso, é que ascende em sentido diretamente proporcional projetos e propostas políticas ultraconservadoras e até fascistas. Dos Estados Unidos de Trump, a França de Le pen e Macron, até o Brexit do Reino Unido, governos conservadores e ou ultraliberais passam a se enunciarem como da ordem "fora da política estabelecida", e assim materializam práticas de exclusão, anti-imigracionistas e profundamente neoliberais.

Mesmo que sustentado por uma interpretação geral à boa parte da Europa e dos Estados Unidos, a tese sobre a ruptura da democracia, notadamente qualificada como liberal, é demonstrada especialmente através da experiência da Espanha. A crise de legitimidade política, um dos sinais fundamentais do contexto de ruptura democrática, se apresenta como desdobramento dos processos de globalização e as saídas enfrentadas pelos Estados-nação,

[3] O primeiro volume desta trilogia foi intitulado "Sociedade em Rede" (1996), onde o autor destacava a importância das novas tecnologias de informação e comunicação nas sociedades. Aqui, ele desenhava uma interpretação a respeito das mudanças do capitalismo e das estruturas dos Estados diante dos processos de globalização. O segundo volume foi intitulado "O Poder da Identidade" (1997), tinha como grande foco a discussão das tensões em torno da globalização, como tendência da universalização cultural e dinâmica econômica e da identidade, como expressão de particularidades socioculturais. O terceiro volume foi intitulado "Fim do Milênio" (1998). A partir dos anos 2000, Castells passou a trabalhar na análise dos novos movimentos sociais e suas formas de organização e repertórios de ação, articulando algumas de suas categorias analíticas já desenvolvidas com novas formulações acerca dos fenômenos históricos investigados especificamente.

sob os quais a maior parte das sociedades passaram a ter níveis decadentes de crescimento socioeconômico nas últimas décadas. Segundo Castells, a formação de blocos supranacionais, como a União Europeia, se apresentou enquanto forma válida para se fortalecer diante da mundialização do capital e aumento de fluxos migratórios. Todavia, o crescimento do bloco europeu teria causado o enfraquecimento das esferas nacionais. O exercício de globalizar forjou uma espécie de Estado Europeu, ao passo que contribuiu no declínio dos Estados-nação.

De toda forma, o pressuposto analítico do autor acaba por delinear à "Política", personalizada no Estado e em sua estrutura burocrática-representativa, a responsabilidade da estagnação ou retrocesso social e econômico. O que pertinentemente Castells consegue demonstrar é que as causas identificadas e cada vez mais difundidas socialmente, se dão não somente através da narrativa de incompetência dos gestores e políticos, mas sim devido a dinâmica corrupta estabelecida nesse campo profissional. Assim, a crise de representação comungou com a emergência dos conflitos identitários e de pertencimentos, fazendo retornar pautas nacionalistas.

Entre outros aspectos comuns, destaca-se uma postura muito preocupante do uso do *não político* como forma de fazer política. Desde Trump, a noção de personagens acima do "establishment político" parece ser a tônica mais palatável para essa guinada à direita, diante de uma democracia liberal vulnerável a ruptura. No Brasil, as semelhanças entre Donald Trump e Jair Bolsonaro tem sido estabelecida desde o começo das campanhas eleitorais de 2018. A discriminação sexual, racial, cultural e de classes se condensam em declarações e práticas de violências diretas, validadas e ou toleradas em nome de um projeto de ordem nacionalista. Países e sociedades passam a serem novamente divididas entre o "Bem" e o "Mal". "Nós" e os "outros", polarizam o ser humano em espécies distintas, tudo mediado por um complexo jogo de manipulações publicitárias, superficialmente aparentes e assustadoramente aptas no alcance de nossas estruturas inconscientes.

Nesses termos, por um lado, não me parece difícil observarmos como a narrativa do "não político" acaba por constituir a identificação política daqueles que disputam essa esfera, mesmo que através de discursos contrários à sua existência. Por outro, podemos dimensionar nesse pressuposto analítico de Castells a convicção de uma potência positiva constituinte a esfera da política, ainda que seja dentro das condições gramaticais para a democracia liberal.

A meu ver, esta potencialização é oportuna diante da emergência completa de destruição das características democráticas de organização das estruturas, relações de poder e sociais. Já em outras condições, ela precisaria ser refletida diante da esfera mundial do capitalismo, que constrange vidas em diversas sociedades, subjugadas por relações de mercado e dos efeitos bárbaros da produção decrescente de *valor*[4]. Isso quer dizer que, associado ainda a esse entendimento, torna-se preciso ponderarmos em que medida esta ideia de democracia pode ser universalmente constituída como o laço comum das sociabilidades humanas.

De fato, no limite, Castells assevera também que "a crise econômica e as políticas que a geriram na Europa foram um elemento-chave na crise da legitimidade política" (CASTELLS, 2018, p. 21). Nessa esteira, diante da última crise financeira de 2008, por exemplo, ficou insustentável justificar o Estado neoliberal como face contemporânea do modelo mínimo e não interventor da teoria liberal. Significativos aportes de recursos públicos foram destinados para diversas empresas, como um esgarçamento explícito do ordenamento interno a que serve a política neoliberal, expressão crítica do colapso e esgotamento da necessidade infinitamente crescente de geração de valor do capitalismo.

Dessa maneira, embora sem analisar a crise da democracia na relação com a crise do capitalismo, de acordo com a argumentação de Castells, é possível compreendermos que a vinculação da crise econômica, com a corrupção política e a ruptura da democracia liberal expressa um contexto altamente suscetível a formas sociais absolutamente autoritárias. Se considerarmos ainda que cada vez mais os fundamentos que constituem o sentido da forma democrática também são atravessados pelo jogo midiático do campo político, se torna mais evidente como a dinâmica de supostos escândalos de corrupção e pautas culturalmente progressistas são deturpadas através do que o próprio autor já denominou como *sociedade-rede.*

Conforme o próprio modelo teórico de Castells, podemos refletir ainda como a construção do escândalo e do extraordinário aparecem em mensagens rápidas, diretas, mas também superficiais. O desprezo e descrença ao sistema democrático liberal é alimentado pela suposta autonomia[5] que se coletiviza através de enunciações realísticas virtualizadas no nosso

---

[4] Sobre essa perspectiva, me parece fundamental observarmos os estudos que tem sido produzido pela chamada "Crítica do Valor", notadamente destacado por Robert Kurtz.

[5] É oportuno registrar, notadamente com a experiência das eleições presidencial de 2018, no Brasil, como a divulgação e produção de "Fake News" tem sido denunciada como um processo racionalmente arquitetado, contando com atores empresas financiadoras e financiadas para este propósito.

cotidiano. Mesmo que através de pseudo-transparências[6], estamos conectados. Entre tantos efeitos nocivos, temos nos deparado com uma configuração societal onde há um processo ativo de despotencialização das verdades históricas, seja através de sua inteira negação ou reinvenção factual.

No capítulo 2 "Terrorismo global: a política do medo", Castells analisa a ruptura democrática na articulação perversa realizada entre a política, o medo e o terrorismo, especialmente a partir do atentado ocorrido em setembro de 2001, nos Estados Unidos. O cenário que permite a emergência do uso de uma política do medo ocorre na conjunção de uma crise de representativa política, mais a evidenciação de casos de corrupção envolvendo representantes públicos no exercício de cargos do Estado. Desse modo, inclusive é que se encadeiam o capítulo 2 e o capítulo 3 "A rebelião das massas e o colapso de uma ordem política".

O imbricamento da rebelião popular e a política do medo, é notada pelo autor como efeito de um modelo de Estado-nação que passa a colocar em segundo plano os sentidos sociais da cidadania. Não obstante, o que ocorre é um aguçamento da crise de legitimidade entre governantes e governados. A "ruptura" argumentada, portanto, se estabelece como uma espécie de crise estrutural da democracia liberal, o que, todavia, também potencializa a organização dos movimentos sociais autônomos.

É justamente este o norteamento que o autor dá ao capítulo 4 do seu livro, tomando a experiência da Espanha e o surgimento do conjunto de movimentos sociais expressos na plataforma do 15 M. Segundo Castells, com a ruptura da democracia liberal, os laços sociais são realizados com relações que em um só tempo negam o sistema político profissional, concebido pela corrupção sistêmica, e passam a lutar por uma democracia "real". No entanto, ainda é muito complexo compreendermos experiências que tenham elaborado essa pauta e saibam claramente o que querem e reivindicam do Estado.

Em outros termos, se estamos diante de uma "partidocracia" (CASTELLS, 2018), o que buscamos fazer para além e através do Estado e seu sistema político formal? Após discutir as experiências espanholas, Castells reafirma a tese sobre a ruptura da democracia liberal, apontando para a necessidade de uma retomada da base democrática rompida como única forma de vislumbrarmos transformações sociais progressistas. Esse quadro é por fim

[6] Me refiro a noção de "transparência" discutida pelo filósofo Byung-Chul Han, em Sociedade da Transparência" (2017).

sustentado com o curto capítulo 5 do livro. Nesse sentido, "o claro-escuro do caos", assim intitulado por ele, reflete o reconhecimento da crise democrática enfrentada por muitas sociedades ocidentais, e o registro de esperança do autor que estejamos não no fim, mas no recomeço de novos tempos.

A essa altura, na experiência recente vivenciada no Brasil, a problemática sob a qual Manuel Castells também se debruça expressa correlações gerais ainda mais fortalecidas pelas objetividades históricas. A meu ver, o cenário que emerge vai para além da ruptura da democracia liberal. O esgotamento do capitalismo de concessão racional arrasta consigo não somente o declínio da relação participativa e dialógica entre governantes e governados, mas faz perdermos também a legitimidade do conhecimento, das verdades históricas e do campo comunicativo e racional dos debates.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **Ruptura. A crise da democracia liberal**. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Submetido em junho de 2018
Aceito em dezembro de 2018